

A eleição direta já preocupa Andreazza

Da sucursal de
BRASILIA

A possibilidade de Aureliano Chaves aderir à campanha pela volta imediata às eleições presidenciais diretas preocupa Mário Andreazza, conforme ele comentou no fim de semana. O ministro do Interior manifesta otimismo quanto às suas chances de vencer a convenção nacional do PDS, julgando possuir perto de 500 dos 956 votos. À maneira de oficial de Estado-Maior que é, no entanto, alinha hipóteses capazes de alterar o rumo de suas previsões e procura trabalhar em cima delas. A maior, hoje, diz respeito à posição do vice-presidente diante das eleições diretas.

Caso Aureliano se sinta sem espaço na disputa pelo voto dos convencionais, quem garante que não venha a virar o jogo adotando outras posturas ou táticas? A cada dia, as declarações e observações do ex-governador mineiro feitas à imprensa parecem mais simpáticas ao pronto retorno à mecânica anterior. Ainda que ele não pretenda subir em palanques e fazer comícios ao lado de Leonel Brizola, Ulysses Guimarães e Luís Ignácio da Silva, poderá, num determinado momento, liberar e até estimular deputados e senadores que seguem sua orientação e apóiam sua candidatura para votar favoravelmente à emenda Dante de Oliveira, em abril.

"Não será fácil a aprovação da matéria, pois, para serem restauradas, as eleições diretas necessitam de dois terços dos membros do Congresso, ou seja, de 319 deputados federais e de 46 senadores. Equivale a dizer, 160 deputados, ou 23 senadores, bastarão para impedir sua aprovação, votando contra. Tanto Paulo Maluf quanto Mário Andreazza dispõem de número bem superior de parlamentares e não aceitarão, sob nenhuma hipótese, ceder aos clamores nacionais. Mesmo assim, de um inusitado ou de uma surpresa ninguém está livre, muito menos o País e as atuais instituições, marginalizado aquele e postas em fragalhos estas, durante 20 anos. Por que a corrente não atuaria, agora, em sentido contrário?"

Andreazza sabe que, se restauradas as eleições diretas, o quadro mudará por completo, ainda que se diga disposto, da mesma forma, a pleitear a indicação, como o faz para o pleito indireto. Mas preocupa-se, sem que na preocupação revele sinal algum de pretender criticar Aureliano Chaves. Pelo contrário, buscará com o vice-presidente um convívio sem arestas. Democraticamente, ele tem e terá o direito de agir como bem entender.

Outra possível pedra no caminho do candidato hoje quase ocioso, pois evidentemente apoiado pelo general João Figueiredo, refere-se a Paulo Maluf. Andreazza constata estar em baixa a candidatura do ex-governador de São Paulo, apesar de seu bem montado esquema de publicidade dar impressão oposita. Imagina, por isso, que em certa etapa do percurso Maluf redobrará em ação, buscando conquistar convencionais comprometidos com outros candidatos, ele em especial. Hoje, não corresponde à realidade a afirmação dos malufistas de que grande parte dos pedessistas que apóiam o ministro do Interior deverão tratá-lo na votação secreta, mas, amanhã, quem sabe? Existirão métodos e mecanismos em condições de favorecer práticas assim, se não houver, também, um trabalho permanente de vigilância e de cuidados. Estará, como diz, preparado também para isso.

Progressão?

À margem das preocupações de Mário Andreazza, sente-se de forma

clara uma progressão nas definições de Aureliano Chaves, com relação às eleições diretas. Será prematuro supor que ele se engajará na campanha ou, mesmo, que recomendará a seus correligionários votar a emenda. Mas a hipótese já se coloca no plano das especulações, para uns, ou das preocupações, para outros. Suas funções de vice-presidente, de uma forma ou de outra, ligando ao governo e ao Sistema, hoje disposto a evitar qualquer mudança, principalmente essa. Uma iniciativa de tal porte significaria formal declaração de guerra entre Aureliano e Figueiredo, apesar da ironia de, meses atrás, ter sido o presidente a levantar a tese.

De seu pronunciamento na Assembleia mineira, sexta-feira, lançando-se candidato, às sucessivas entrevistas que concedeu até ontem, Aureliano, no mínimo, começa a dar o que pensar. Chegou a dizer que, se fosse parlamentar, votaria a emenda pelas diretas. Por enquanto, não cuida de relacionar os votos que poderá ter na convenção do PDS, obviamente por serem, até agora, reduzidos. Possuirá, então, outras opções, até mesmo a de atuar no colégio eleitoral de 15 de janeiro em favor de um candidato das oposições ou de consenso, se entender que ao nome afinal consagrado na convenção do PDS, em setembro, terão faltado condições.

Negociações

Todos os candidatos presidenciais, em suas plataformas, dão ênfase à dívida externa e pregam a negociação direta, de governo para governo, como forma de o País conseguir tempo e melhores condições de pagamento, um pouco de oxigênio para respirar. Embora enfatizando que pagar nossos compromissos constitui ponto de honra, eles deixam entrever que pagarão, mas como e quando nossas condições o determinarem. Até arriscam frases de efeito. De um modo geral, para Maluf, Andreazza, Aureliano e Marco Maciel, só poderemos e deveremos pagar com os frutos de um desenvolvimento retomado, não com meios cada vez mais reduzidos que a recessão vai determinando.

Trata-se de uma crítica evidente ao governo e ao seu comando econômico-financeiro. Dias atrás, alguém pegou Delfim Netto num momento de desabafo. Ele disse ser exatamente ~~essa, também, a política~~ pretendida e sustentada a duras penas. É o seu pensamento. Só que nada se fará, em termos de eficácia, sem a fase preliminar ainda em curso. Para que venham a ocorrer negociações de governo para governo, entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, Downing Street ou o Palácio do Eliseu, tornava-se necessário que o Brasil ingressasse no Fundo Monetário Internacional, demonstrasse a intenção de equilibrar as contas e de apertar os cintos. Tanto a dívida externa é problema específico do presidente da República que, no momento em que o Brasil buscava equacionar a estratégia atual, o general João Figueiredo foi à ONU e pronunciou discurso claro e objetivo a respeito das dificuldades verificadas entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

Para Delfim Netto, breve chegará o momento de passarmos à fase do diálogo direto com os governos dos países aos quais devemos. Não aceita a crítica de que a administração Figueiredo fez ouvidos moucos a essa mais do que natural e evidente etapa, necessidade. Só que ela se tornará viável apenas depois de completada a primeira.

C.C.